

DAS CIDADES HISTÓRICAS OU A HISTÓRIA DAS CIDADES: A PAISAGEM EDIFICADA E SUAS POSSIBILIDADES PARA A COMPREENSÃO DO PASSADO

FÁBIO SILVA SOUZA*

Resumo

A rigor toda cidade tem uma história que lhe é própria. No entanto, algumas poucas podem ostentar o título de "cidades históricas". Elas surgiram em um dado momento em que as exigências, necessidades, aparato tecnológicos etc., eram bem distintos do que se pode encontrar hoje em dia. Portanto, como pensavam e quais os critérios decisivos para a escolha de um determinado sítio, embrião formador de futuras cidades. Durante o período colonial, aqui no Brasil, a preocupação fundamentalmente voltada para a segurança faz surgir pequenos núcleos, com critérios muito bem definidos. Nesses núcleos de bens e serviços são desenvolvidas socialidades cotidianas que irão delimitar simbolicamente o espaço, constituindo assim territórios múltiplos dentro de um espaço "supostamente urbano".

Palavras-chave: Espaço, território, lugar, cidades históricas, São Cristóvão - SE

Abstract

Rigidity a city has a history that is its own. However, some cities can exhibit the title of "historical cities". They arose in a moment in which exigencies, necessities technological display, and so on, they were different than we can find out nowadays. Although, how they thought and what decisive criterion to the choice of a determined location, embryo formed of cities future. During colonial period, here in Brazil, the preoccupation fundamentally had gone back to the security and that it makes to arise small nucleus, with criterion very much well defined. In those nucleus of possessions and services are developed socialities daily that they will go to delimitate symbolically the space, constituting, so multiple territory into a space "urban supposed".

Key-words: Space, territory, location, historical cities, São Cristóvão - SE

* fabiosilvasouza@ig.com.br - Cientista social e mestre em Geografia (estudos arqueológicos). Professor de Antropologia (DCS-UFS), Antropologia Cultural (Seminário Maior Nossa Senhora da Conceição - Aracaju-SE) e Introdução à Metodologia Científica (UVA).

INTRODUÇÃO

As cidades e os espaços edificados representam o acúmulo lógico de situações produzidas ao longo dos tempos, em conformidade com as diversas ideologias, necessidades e disponibilidade de material. Assim, a configuração espacial hoje pode informar muito e ser bastante significativa para a construção de interpretações do passado. Desse modo, a análise urbana, compreendida a partir da disposição espacial dos objetos e das práticas sociais desenvolvidas em um determinado contexto de ordem espacial, parece abrir uma perspectiva para o entendimento de fenômenos urbanos, da sociedade e da dimensão social e histórica desses espaços (CARLOS, 2001 a).

Para entender o surgimento de determinado sítio, por exemplo, embrião fundador de uma cidade, é fundamental a descrição de sua ocupação populacional, quais os recursos do seu entorno e, na medida do possível, buscar conhecer os modos de viver, de pensar e de sentir, enfim, elementos da cultura local fundamentais na manutenção da existência desse grupo. É preciso buscar elementos que possibilitem o seu entendimento enquanto produto do processo em um determinado momento histórico. Neste sentido, a localização de um sítio do período colonial brasileiro esteve geralmente orientada pelo fator segurança (OMEGNA, 1971). São Cristóvão, por exemplo, não fugiu a essa regra, localizada no alto, de modo a visualizar a chegada de inimigos, que poderiam ser, desde os índios, até os invasores franceses.

O projeto português de povoamento do Brasil dá origem, segundo Darcy Ribeiro (1995), a uma civilização urbana, a exemplo das cidades como Bahia, Rio de Janeiro, João Pessoa, Olinda, entre outras. Freyre (1982) percebeu nesse processo características que ele denominou de "rurbanização". Em outras palavras, nas cidades surgidas durante o projeto português de colonização estavam assinalados toques urbanos a colorirem viveres ecologicamente rurais, ou, em outras palavras, são hábitos, modos viventes, tipicamente rurais em pretensas sociedades urbanas, que caracterizaram a sociedade brasileira no século XVI. São esses traços que irão, de forma positiva ou negativa, marcar a passagem de uma sociedade em transição, de uma fase "pré-histórica" adentrando no "período colonial" surgindo assim uma nacionalidade brasileira.

Essas cidades, ao desempenhar um determinado papel, ganham relevância que parece perdurar por um determinado tempo. Desse modo "o



centro urbano não é uma entidade espacial definida de uma vez por todas, mas a ligação de certas funções ou atividades que preenchem um papel de comunicação entre os elementos de uma estrutura urbana" (CASTELLS, 1983, p. 275). A propósito, há uma diferença substancial entre "centro" e "centro histórico". Portanto, o primeiro pode ser entendido enquanto uma aglomeração correspondente às práticas dos cidadãos, geralmente é nel e que se encontram a gênese das cidades, enquanto o outro apresenta caráter qualitativo referente ao lugar com o qual se opera administrativamente (SEABRA, 2001). Há, portanto, um movimento dialético capaz de diferenciar o centro do centro histórico, mediado pelos usos e apropriação do espaço e pelos usos cotidianos. Fato semelhante pode ser observado para a diferenciação entre cidades e cidades históricas.

A rigor, toda cidade é histórica, na medida em que foi construída a partir de lutas e tensões no cotidiano de seus habitantes, trazendo em seu interior histórias vivenciadas no decorrer dos tempos. A paisagem é construída, transformada, reformulada, são atribuídos novos valores e sentimentos de apropriação por parte dos atores sociais. Neste sentido, como diferenciar uma "cidade" de uma "cidade histórica"? A primeira, segundo Gomes, pode ser definida enquanto "fenômeno de origem político-espacial, cuja manifestação deste caráter se revela em sua dinâmica territorial" (2002, p. 15), e essa disposição física aliada à sua dinâmica sociocomportamental constituem elementos formadores da condição urbana, por outro lado,

[...] a cidade histórica, na sua gênese tem uma realidade fundada numa ordem abstrata de mando que perpassa as práticas sociais no seu conjunto e que se impõe, esforçando-se por aplastar as singularidades dos modos de ser. Trata-se da religião como componente estratégico que foi do projeto de colonização portuguesa (SEABRA, 2001 p. 78).

O Estado português, aliado ao catolicismo incluía em seu projeto de colonização a edificação de igrejas monumentais, exuberantes no coração de humildes vilas. Tudo convergia para fazer do catolicismo um espetáculo proselitista com encenação, incluindo procissões, músicas, novenas, sermões, ladainhas. A igreja central era o grande monumento vistoso, ela "marca o centro cidadão,



porque é ela quase que a única edificação de feitiço e estilo realmente urbano” (OMEGNA, 1971 p. 23). Nas sociedades coloniais, o monumentalismo das igrejas representava, simbolicamente, a superação da dicotomia entre as zonas rurais e urbanas, atribuindo ordem a um espaço-tempo definido por meio de rituais simbólicos, praticados por atores sociais que, independentemente de distâncias, reconhecem a sacralidade atribuída a esse espaço, identitário e apropriado por todos aqueles que para ele rumam para prática de zelos e de devoções. A localização “[...] e o domínio arquitetônico de suas edificações na praça principal, que as ordenações d’El-Rei lhe separam, é bem figura e testemunho de sua soberania espiritual, moral e política que poucos ousam contestar” (OMEGNA, 1971, p. 27).

As cidades surgem como resultado de lutas cotidianas entre os diversos atores sociais que atuam, atribuindo múltiplos sentidos às paisagens edificadas, resultando, assim, na formação de vários espaços dentro de um mesmo espaço urbano. Temas como as paisagens, as cidades e seus monumentos parecem ter despertado, cada vez mais, interesse nas agendas de debates científicos. Esse fenômeno resulta da aparente curiosidade sobre as culturas e os estilos de vida urbano, fundamentalmente, pela possibilidade de ser

[...] possível observar, corretamente, que as cidades sempre tiveram culturas, no sentido que produziam produtos culturais, artefatos, construções e modos de vida distintos. É possível ser ainda mais ‘culturalista’ e afirmar que a própria organização do espaço, o planejamento das edificações, é em si mesma uma manifestação de códigos culturais específicos (FEATHERSTONE, 1995, p. 135).

Através da distinção entre esses produtos culturais é possível inferir delimitações simbólicas no espaço. Este não se encontra de modo aleatório, jogado ao acaso. Ao contrário, há nele elementos que caracterizaram os diversos pensamentos e interesses típicos de cada período da organização social.



Desde o início, São Cristóvão parece ter constituído um importante elemento estratégico na luta contra os invasores franceses que margeavam o litoral do nordeste brasileiro. Mais tarde, quando Sergipe volta-se para a pecuária, visando à ocupação territorial e ao suprimento de carne e couro nos mercados vizinhos, sua atuação volta-se mais para o interior, talvez procurando distanciar-se da exposição ante os ataques inimigos, mas também para controlar essa passagem, que constituía a ligação entre importantes centros produtores de cana-de-açúcar, como Salvador e Olinda.

Apesar do pouco sucesso, as primeiras tentativas de conquista desse território datam de 1534. Esse fato somente veio a se consolidar no ano de 1590, através da vitória de Cristóvão de Barros frente aos tupinambá. Já no ano de 1597 iniciam-se as primeiras tentativas de colonização (pós-conquista) lideradas pelos Jesuítas. Esses representaram as primeiras ordens religiosas a chegar a Sergipe, por volta de 1597 seguidos dos Beneditinos, em 1609, e dos Carmelitas, em 1618 (OLIVA, 1991; NUNES, 2000).

Segundo Gonçalves (2001), a Igreja teria desempenhado um importante papel para constituição definitiva do território sergipano. A sua atuação teria sido decisiva, enquanto instituição oficial aliada ao Estado, proporcionando variações na paisagem, consolidadas a partir da construção de edificações e, conseqüentemente das relações sociais do seu entorno. "Em 1637 [...] já existiam a Matriz de São Cristóvão e diversas capelas dispersas no interior, conforme o mapa de Barleus" (NUNES, 1996, p. 220).

Outra importante construção desse período ocorreu com a chegada do grupo de religiosos conhecidos como Carmelitas Calçados, no ano de 1618. Desse modo, inicia-se a construção da Capela do Convento do Carmo, no ano de 1639. O conjunto engloba a antiga Igreja Conventual de Nossa Senhora do Carmo, conhecida como Carmo Grande, onde hoje se encontra localizado o atual mosteiro de São Bento, e a antiga Capela da Ordem III do Carmo.



A ESCOLHA DO SÍTIO: CRITÉRIOS FÍSICOS PARA SELEÇÃO

O sítio histórico da cidade de São Cristóvão encontra-se localizado no vale do Vaza Barris, a aproximadamente 25 km do litoral sergipano. Tendo antes passado por outras duas localizações, estabeleceu-se de modo definitivo sobre uma colina, denominada pelos moradores locais de 'cidade alta'. Nesta acrópole são encontrados os monumentos históricos mais significativos, enquanto que, na parte baixa, mais moderna, acham-se localizadas as fábricas de tecidos, as casas de seus respectivos operários e os trilhos da Viação Férrea Leste Brasileiro, implantados a partir de 1913, quando a cidade passou por um processo de retomada do seu desenvolvimento.

A planície sobre a qual se encontra a 'cidade alta' é do tipo arenosa e baixa, atingindo 100 metros de altitude na curva de nível, formada por terrenos terciários clásticos do Grupo Barreiras (AZEVEDO, P., 1980 a). São Cristóvão está localizada em uma "Zona Fisiográfica do litoral sergipano, entre os rios Poxim Assu, ao norte e Vaza Barris ao sul e sudoeste" (FERREIRA, 1959, p. 463). Localizada ao sul do território do município e à margem esquerda do Paramopama, mais precisamente nas seguintes coordenadas: 11° 00' 59" de latitude Sul e 37° 12' 09" de longitude W. Gr. (FERREIRA, 1959).

O espaço definitivo de sua localização seguiu o modelo português. Extremamente preocupado com o fator segurança, São Cristóvão, após duas mudanças, teve o centro de seu sítio inserido em uma faixa de terra, caracterizada como tabuleiros, formada com altitudes que variam "entre 30 e 100 metros, com relevos de topos planos, seccionados por vales abertos ou mesmo em 'U' colinas convexas e declives orientados para o litoral" (SANTOS; ANDRADE, 1992, p. 62).





Figura 2: Mapa da povoação nova de São Cristóvão.

Fonte¹: NASCIMENTO, 1991 p. 23.

Portanto, é possível afirmar a presença de três tipos principais de formas de relevo presentes na cidade de São Cristóvão: as formas onduladas ou colinas, os tabuleiros e as baixas planícies.

As colinas desenvolvem-se a partir de afloramentos do Grupo Sergipe, conjunto de estratos marinhos que compreende as formações Riachuelo, Cotinguiba e Piaçabuçu. As variações litológicas entre essas unidades determinam formas diferentes e bastante características dentro do relevo ondulado. (AZEVEDO, 1980, 26. vol: I).

¹ Fonte original: Panorama Revista Portuguesa de Turismo, n. 33-4, IV Série, p. 23. Diz o mapa: "a povoação nova a que chamam São Cristóvão"



Nos vales dos rios Cotinguiba e Real-Piauí há a presença de superfície colinosa

[...] constituída predominantemente de relevo colinoso, com cristas e interflúvios tabulares. [...] predominam colinas de topos convexos, elaboradas nos sedimentos barreiras ou nos calcários das formações Riachuelo e Cotinguiba, do Grupo Sergipe. As colinas esculpidas sobre os sedimentos do Barreiras são mais elevadas. Normalmente, o Barreiras capeia os calcários que afloram na base das colinas e nos vales abertos de interflúvios colinosos baixos, onde se identifica a presença de solos vérticos e brunizens avermelhados, responsáveis pela cultura de cana-de-açúcar instalada nesta área desde o século XVIII. (SANTOS; ANDRADE, 1992, 66).

Essa localização definitiva, consolidada ao longo de séculos, possui de fato relevância enquanto centro histórico. Sua paisagem traz marcas da atuação humana, consolidadas em espaços edificados ao longo dos tempos. Percorrer as ruas de São Cristóvão é particularmente interessante. Ela “testemunha um *momento* de produção do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada” (SANTOS, 2002, p. 173), conservando, em sua paisagem, formas duráveis representativas das lutas cotidianas e das idéias de outros períodos.



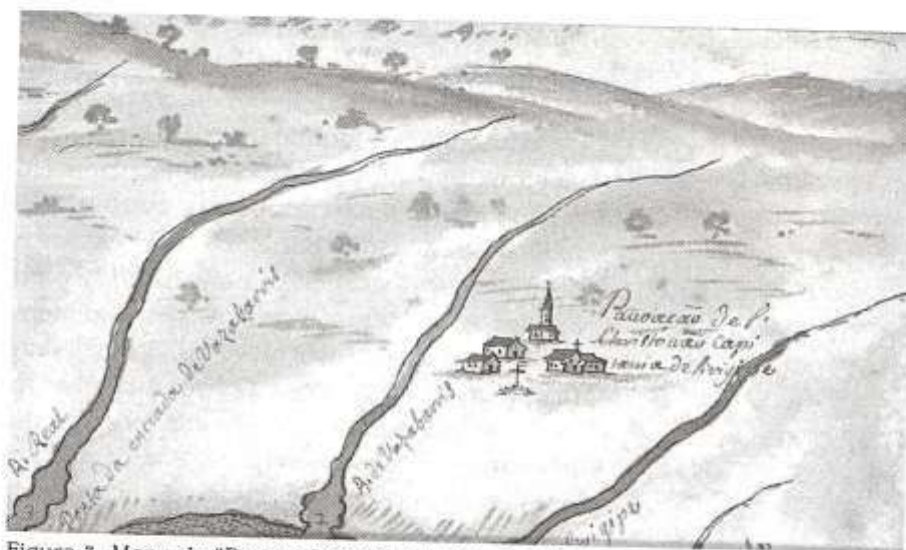


Figura 3: Mapa da "Povoação de S. Chsrstovão Capitania de Sirigipe"

Fonte²: REIS, Nestor Goulart, **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**, "SERGIPE 47" – São Cristóvão – ca. 1631 In: Cd rom.

Ao escolher um determinado lugar para a sua ocupação o homem traz consigo elementos que caracterizam o seu modo de ser, envolvendo sua ideologia, possibilidades e limitações de recursos materiais e tecnológicos etc. Essa ocupação, de modo temporário ou permanente, finda por produzir espaços onde são desenvolvidas sociabilidades que remetem a diferentes estilos de vida e disponibilidades materiais, configurando a formação de territórios no sentido antropológico.

² "Povoação de S. Chsrstovão Capitania de Sirigipe" – autor: João Teixeira Albernaz. Fonte: Detalhe de um original manuscrito que integra o atlas de João Teixeira Albernaz, da Mapoteca do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores), Rio de Janeiro.



O ESPAÇO E AS SOCIABILIDADES PÚBLICAS

A expressão espaço deriva originalmente do latim *spatium*, podendo significar porção de uma superfície, intervalo ou o conjunto de superfícies. Ele é constituído de diferentes usos da terra e, por isso, não pode ser definido sem referências às práticas sociais. Portanto, em conformidade com Milton Santos, é possível afirmar que “o espaço é a matéria trabalhada por excelência” (2002, p. 172). O espaço, analisado segundo as teorias sociais, corresponde ao produto material fruto das relações sociais, enfim ele [o espaço] “não é o reflexo da sociedade, é sua expressão. Em outras palavras: o espaço não é uma fotocópia da sociedade, é a sociedade” (CASTELLS, 1999, p. 435).

Falar em espaço na Geografia era tradicionalmente referir-se ao espaço natural, entendido enquanto rios, montanhas, vales etc. No primeiro momento esses elementos naturais foram imbuidos de caráter simbólico por meio da associação de forças políticas. Um determinado rio qualquer não apenas é um elemento natural, ele pode representar uma fronteira simbólica entre territórios distintos. Com o decorrer dos tempos, a arquitetura transformou aspectos antes exclusivos da natureza em caráter antrópico, conferindo à política por meio de mediação simbólica. Neste segundo momento, o elemento simbólico ditado em obras arquitetônicas é traduzido por uma maior sutileza e, por vezes, acaba por delimitar territórios antes delimitados por rios, vales, etc. Desse modo, o espaço que tradicionalmente era tratado de forma absoluta, em suas características naturais e posteriormente associado ao caráter político, configurando territórios religiosos, políticos ou por consangüidade, parece ter evoluído para o espaço histórico e, muitos desses, revitalizado (GIL FILHO, 1997).

Soja (1993) propõe o estudo do espaço fundamentando-o em três modelos epistemológicos. O primeiro deles, denominado de Espaço Percebido, encontra seu foco centrado na prática espacial e compreende a materialidade do espaço empírico e suas mediações locais possíveis. O segundo espaço, ou o Espaço Concebido, irá ater-se à representação do espaço, em um modelo fortemente assentado no simbolismo do visual, de cunho estético, artístico e interpretativo da estética arquitetônica e do imaginário. O primeiro modelo encontra-se mais próximo de análises marxistas, enquanto o segundo volta-se para a semiótica do espaço, e neste sentido parece haver aí uma dualidade.



O Espaço Vivido, ou o terceiro espaço – não confundir com a idéia de “Terceiro Espaço” proposta por Hommi Bhabha (2000), a ser analisado mais adiante – constitui um modelo de estudo que busca resolver esse “impasse” através da desconstrução da dualidade entre o primeiro e o segundo espaço. Ele apresenta uma articulação entre as dimensões históricas, sociais e espaciais do cotidiano. Para Soja (1993), o “Espaço Vivido” parece representar uma tentativa interdisciplinar de compreensão do espaço. Gomes (2002), por exemplo, defende o diálogo entre a Geografia e as demais ciências sociais, constituindo assim uma possível contribuição para elaboração de análises espaciais voltadas para a compreensão dos problemas sociais. Ao que parece, há uma lacuna provocada por estes outros campos disciplinares que ainda não conseguiram atentar para esta possibilidade de análise, dialética, por meio de tentativas de compreensão dos conceitos que se exprimem através de jogos de oposições e confrontos. Haesbaert (2002) chama a atenção para a necessária utilização de elementos bibliográficos de áreas que tradicionalmente se inserem em circuitos de debates “a-espaciais” como a Sociologia e a História e, por que não dizer, a Antropologia.

Conforme apontado no parágrafo anterior, há uma outra compreensão possível para o entendimento do termo “Terceiro Espaço” proposto por Bhabha (2000), fundamentado em análises que questionam a pureza ou a autenticidade de modelos propostos, tanto pelas nações imperialistas e colonialistas quanto pelas nacionalistas. Para Bhabha (2000) a cultura é produto sincrético da adaptação híbrida. O Terceiro Espaço, por isso mesmo, representa o *locus* de enunciação entre os atores sociais, onde são desenvolvidas as capacidades produtivas. Essa “enunciação da diferença cultural” (BHABHA, 2000, p. 26), por sua vez, implica algo mais que a representação binária entre passado e presente, tradição e modernidade. Ela deriva de uma temporalidade da negociação ou da tradução, na qual o valor transformacional da mudança reside na rearticulação de elementos constituídos na vida contemporânea, enquanto espaço de comunicabilidade social e de enunciação ideológica onde a ênfase não está nem em *um* e nem no *outro*, mas nos diferentes grupos sociais. Esse é um espaço onde há a negociação, em detrimento da negação, e esse caráter sincrético, híbrido, de negociação tornam possível que “os mesmos signos possam ser apropriados, traduzidos, re-historicizados e lidos de outro modo” (BHABHA, 2000, p. 28).



O TERRITÓRIO E AS IDENTIDADES LOCAIS

Dos termos território ou *territoire*, conforme sua idéia original no francês a essência formadora está na apropriação do espaço, com sentido e consciência de sua apropriação³. Alexander (1997) chama a atenção para um caráter comum, tanto em filósofos quanto em leigos, "ao idealizarem a sociedade civil como um espaço universalista e abstrato, um mundo aberto, ilimitado, um horizonte sem fim"⁴. O território, por sua vez, tende a converter o espaço da sociedade civil em um 'lugar' particularizado. Isso ocorre pois determinados grupos étnicos decidem revestir o espaço comum de sociabilidades, de uma aura ou de um sentido sagrado, muitas vezes protegido por algo sobrenatural.

O debate sobre a idéia de território foi historicamente construído a partir de duas perspectivas. A primeira, denominada 'território étnico' volta-se para a apropriação de diferentes espaços dados pelos interesses tangíveis, econômicos, políticos. A segunda compreende o 'território sagrado' caracterizado pelos espaços protegidos por algo sobrenatural, intangível (VASCONCELOS, 2001). Há, no entanto, um outro entendimento atribuído à sacralização do território, formulado de forma heterogênea a partir de experiências cotidianas, entendidas pelo olhar dos atores sociais, que relaciona os

[...] locais privilegiados, qualitativamente diferente dos outros: a paisagem do natal ou os sítios dos primeiros amores, ou certos lugares na primeira cidade estrangeira visitada na juventude. Todos esses locais guardam, mesmo para o homem mais francamente não-religioso, uma qualidade excepcional, "única": são os "lugares sagrados" do seu universo privado, como se neles um ser não-religioso tivesse tido a revelação de uma *outra* rea-

³ BRUNET, R.; FERRAS, R.; THÉRY, H. Les mots de la géographie humaine. Montpellier, Reclus, Paris: La Documentation Française, 1993. p. 482. (apud VASCONCELOS, 2001: 21-2).

⁴ Não consta a página; documento disponível in CD-rom: 6º encontro de geógrafos de América Latina: Territórios em redefinição: lugar y mundo en América Latina.



lidade, diferente daquela de que participa em sua existência cotidiana (ELIADE, 2001 p. 28).

Finalmente, a paisagem constitui um elemento bastante significativo para a compreensão da configuração espacial hoje. Entendida enquanto a aparência de uma área, a paisagem pode traduzir as diferentes idéias e conflitos sociais que caracterizaram um determinado período por meio de evidências materiais ou em representações simbólicas encontradas nos frontispícios e em perfis urbanos.

O LUGAR EM SENTIDO ANTROPOLÓGICO: IDENTIDADE, RELAÇÃO E HISTÓRIA

A idéia de lugar é fundamental para o debate sobre o patrimônio, pois nela está implícita a utilização deste *locus* pelos atores sociais. Para Castells, "o lugar é um local cuja forma, função e significado são independentes dentro das fronteiras da contigüidade física" (1999, p. 447). Em sentido histórico, o lugar pode ser admitido por meio de casas, fortes, igrejas, quarteirões, cidades etc. Contudo, o lugar pode ser ainda entendido de duas outras maneiras, aqui denominadas de sentido 'isotrópico' e de sentido 'antrópico'. A primeira descrição, por exemplo, parece muito mais próxima dos estudos propriamente geográficos – ou pelo menos da geografia física – nela podendo-se afirmar que "um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. [...]. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade" (CERTEAU, 1994, p. 201). É possível afirmar que, nesta abordagem, há a incompatibilidade da coexistência de dois 'corpos' materiais em um mesmo lugar.

Augé (1994, 1999), porém, parte de uma abordagem mais próxima da Antropologia e faz uma incursão relacionando lugares e não-lugares. O primeiro representa o lugar do "em casa" é comum a todos os que o reconhecem enquanto identitário, relacional e histórico, enfim são espaços antropológicos, pois há uma relação entre estes e seus atores sociais. Neste sentido, a idéia de lugar compreende, por um lado, a correlação entre as características subjetivas e, por outro lado, os processos de identificação e as relações



de identidade. Em outras palavras, pode-se afirmar que o lugar é marcado pela memória cotidiana, pela identidade entre estes espaços e aqueles que o reconhecem em sentido identitário. Ainda segundo Augé, há no lugar uma construção concreta e simbólica do espaço, que passa a ser definido em sentido antropológico enquanto apropriação simbólica de um determinado espaço por um grupo ou classe social.

O não-lugar corresponde a espaços produzidos pela supermodernidade. Se por um lado, a idéia de modernidade está geralmente associada ao surgimento do Renascimento, definido nos termos antigo e moderno, há uma outra perspectiva elaborada sob o ponto de vista da Sociologia, segundo a tradição alemã, que associa a modernidade ao processo progressivo de racionalização e de "diferenciação econômica e administrativa do mundo social (Weber, Tönnies, Simmel) – processos esses que resultaram na formação do Estado capitalista-industrial" (FEATHERSTONE, 1995, p. 20). Por outro lado, para Augé "a supermodernidade surge quando a história se torna atualidade, o espaço torna-se imagem e o indivíduo, olhar, por oposição a uma pós-modernidade concebida como adição arbitrária de traços aleatórios" (1999, p. 141). O não-lugar, inversamente ao primeiro, encontra-se marcado pela ausência de identidade. Neste sentido, nele tudo é efêmero, provisório, sendo, portanto, ahistórico. É preciso salientar, entretanto, que ambos não existem sob uma forma pura, ao contrário, há entre eles uma relação dialética, um jogo embaralhado de identidade e de relação que se reinscreve incessantemente. A crítica ao pensamento de Augé deriva justamente dessa relação dialética, e está fundamentada na idéia de que "os 'lugares' não estão simplesmente perdendo identidade, relações e história. [...], eles muitas vezes estão se redefinindo pela multiplicidade de identidades, relações e histórias que passam a incorporar" (HAESBAERT, 2002, p. 139).

Segundo Gomes (2002), o Estado criado pelo estado moderno reúne elementos materiais e abstratos, que configuram um lugar, entendido em sentido material e abstrato, reafirmando dessa forma a luta contra desigualdades e injustiças. Finalmente, para Castells (1983), o lugar compreende forma, função e significado, implica em diversidade de usos e de funções desenvolvidos em um local que, por sua vez, independe da contigüidade das fronteiras físicas.



O CONTEXTO E A PAISAGEM: POSSÍVEIS INTERPRETAÇÕES DO PASSADO

As diversas sociabilidades desenvolvidas em um determinado contexto espaço-tempo resultam, quase sempre, em relações de poder. Essas disputas, quando aplicadas ao espaço antropológico, são geralmente responsáveis pela formação de territórios. Elas encontram manifestações mais sutis na modernidade, capazes de atribuir à paisagem edificada e de nela reconhecer elementos simbólicos que atuam, quase sempre, como delimitadores espaciais de grupos e de práticas sociais. Têm-se aí, então, estabelecidos alguns dos critérios formadores da paisagem antrópica. Esta será a base para o surgimento das cidades e, a partir das necessidades típicas de um dado período, o desenvolvimento de redes. O conceito de rede está umbilicalmente interligado à idéia de fluxos ou deslocamentos, em um ou mais conjuntos de linhas ou de relações mais ou menos complexas. Os fluxos, por sua vez, correspondem a "seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômicas, políticas e simbólicas da sociedade" (CASTELLS, 1999, p. 436). Nos espaços de fluxos, há uma permuta ou o compartilhamento de idéias e de organização material, evidenciada em ações desenvolvidas pelos atores sociais.

A temporalidade é imprescindível para entendermos o presente. Ela é reveladora de dados substanciais que se estendem desde a origem de determinadas comunidades, sua localização e, até mesmo, o nome atribuído a esse sítio. O tempo, ademais, constitui um importante elemento para o estudo das sociabilidades, por isto é fundamental correlacionar espaço-tempo, buscando compreender qual a relação entre a paisagem edificada e o tipo de pensamento vigente em uma dada sociedade. Por meio desta tríade de elementos - relação espaço-tempo, paisagem edificada e pensamento vigente - talvez seja possível especular acerca das sociabilidades e das práticas cotidianas desenvolvidas, tanto na esfera pública como privada daquela sociedade.

Independentemente de abstrações conceituais, as sociabilidades são desenvolvidas efetivamente em um determinado espaço, do qual não se pode excluir o espaço-tempo simbólico. Haesbaert (2002), por exemplo, chama a atenção para o caráter inovador e desafiador para o qual o pesquisador do espaço na modernidade é conduzido. Isso ocorre justamente pelo fato, talvez, de este objeto não ter recebido as devidas preocupações na Geografia.



Assim como o homem e a cultura se confundem, é possível afirmar que a produção do espaço, conforme proposto por Lefebvre (1974), envolve uma determinada historicidade, que é específica; determinadas sociabilidades, nas quais estão envolvidas ações de grupos sociais, seus conhecimentos, ideologias ou domínio das representações exteriorizadas em manifestações materiais e imateriais, em hábitos cotidianos; e, por fim, a espacialidade, entendido pela diversidade de arranjos nos quais os objetos naturais e sociais encontram-se contidos, bem como as redes e vias através das quais podem vir a se configurar as trocas de informações e de mercadorias.

Para Carlos, a "paisagem é uma forma histórica específica que se explica através da sociedade que a produz. [...]" (2001 p. 43), por isso o estudo da paisagem pode ser bastante significativo para o entendimento de como foram elaborados elementos materiais e simbólicos, delimitadores de práticas cotidianas. Segundo Castells (1983), o espaço construído e o tempo histórico transformaram-se em paisagem que foram incorporados ao espaço. Esse fenômeno, ao qual Castells se referiu denominando-o de "rugosidade" pode fornecer pistas de organização social, manifestadas em sociabilidade, técnicas e organização da produção desenvolvidas no cotidiano desses povos. Esta parece ser a essência delimitadora para a formação territorial. Assim, esta formação constituída pela paisagem natural e/ou antrópica remete à apropriação de um determinado espaço com sentido e consciência, por meio do qual se configura o espaço político, revelado em lutas e tensões, responsável por diferenciações no cotidiano de diversos grupos.

Castells (1983) sugere a não-existência de uma teoria específica do espaço. Na realidade, segundo esse autor, o que parece haver é um desdobramento e uma especificação da teoria da estrutura social, que tende a articular o espaço e outras formas de processos historicamente construídos. O pesquisador interessado em estudar um determinado espaço, em seus aspectos sociais, deve necessariamente deparar-se com o sistema econômico, ou de subsistência (conforme o espaço-tempo dessa sociedade), o sistema simbólico em relação às práticas sociais ali estabelecidas.

A sacralidade de um determinado espaço parece estar associada, acima de tudo, com as relações subjetivas adotadas pelos atores sociais. Para Certeau & Giard, por exemplo, o "território onde se desdobram e se repetem, dia a dia, os gestos elementares das artes de fazer, é antes de tudo o espaço doméstico, a casa da gente. De tudo se faz para não 'retirar-se'



dela, porque é o lugar em que a gente se sente em paz” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 203). Portanto, estas podem se estender desde a esfera privada, a partir de ações vivenciadas na individualidade, até a esfera pública, quando estas práticas são vivenciadas em sentido coletivo, pelos diversos atores sociais.

O ator social, e somente ele, é capaz de atribuir sentido à sua ação, pública ou privada. Ele é o sujeito da ação praticada, em um determinado contexto específico, no tempo e no espaço. Desta forma, a legitimação desta apropriação não ocorrerá simplesmente pela ação dos agentes sociais, ou pela intelectualidade, munidos de todo o aparato jurídico/institucional, ao contrário, é preciso que esta política de apropriação se dê *com* e não *para*.

Há, entretanto, uma outra proposta que irá diferenciar os usos e apropriação do espaço, fundamentada na distinção entre o público e o privado, opondo-se, dessa maneira, à dicotomia sagrado e profano (GOMES, 2002). O nomoespaço, como é denominado,

[...] é assim construído de maneira a experimentar relações formais de pertencimentos, mas sobretudo de ordenamento. Assim, cada instituição social dispõe de sua área de controle e vigilância, as práticas sociais são regulamentadas no espaço, e os signos de delimitação territorial são inequívocos (GOMES, 2002, p. 39-40).

Ele se configura enquanto um espaço normativo, regulador e formalizador de práticas, constituindo, portanto, uma condição necessária para que se configure a idéia de um pacto social do tipo contratual.

Os grandes espaços urbanos modernos apresentam-se identificando claramente várias *cidades* dentro da cidade. São grupos de interesses diversos, gerando nos lugares os conflitos. A administração dessa gama de interesses está a cargo do Estado, que, na maioria das vezes, toma posição de defesa dos grandes grupos econômicos que controlam as cidades (FRANÇA, 1999, p.33).



Portanto, os usos e apropriações dos espaços públicos, segundo uma orientação normativa, reguladora e formalizadora, em espaços urbanos, têm a sua administração delegada ao Estado.

O MOVIMENTO TRIALÉTICO EM LEBEVRE

Toda apropriação, seja ela de qualquer natureza, está amarrada a um contexto. Lefebvre (1974), por exemplo, sugere o 'movimento trialético' para que se possa compreender a produção do espaço a partir de práticas sociais: a 'historicidade' a 'sociabilidade' e a 'espacialidade'. Para entender a historicidade da ação humana em um movimento trialético, é necessário ligá-la à realidade social por meio de relações e formas. A ação humana, portanto, deve ser abordada enquanto um tríptico movimento, que se insere em um determinado contexto histórico. Este não deve limitar-se à elaboração de simples inventário quantitativo dos objetos inseridos em um espaço, é preciso estabelecer tipologias, notar a frequência com que estes se repetem e o respectivo georeferencial da cultura material. As ciências sociais, neste momento, parecem privilegiar estudos e abordagens que busquem as ações subjetivas, o sentido atribuído e o cotidiano desses atores sociais. Estes passam a ser entendidos não como uma massa amorfa, sem sentimentos, sem vontades, conduzidas pela intelectualidade, ao contrário, os atores sociais são responsáveis pelas práticas cotidianas e pelo sentido a essas atribuído.

O segundo elemento traz consigo conhecimentos de grupos específicos que acabam por legitimar ideologias ou domínios de representações simbólicas, imagens, edificações etc. que, de alguma forma, estão atrelados a determinados grupos sociais. Encerrando a tríade, tem-se a espacialidade. Aqui, ao que parece, confundem-se elementos isotrópicos e antrópicos. Segundo Lefebvre (1974), a espacialidade engloba a diversidade de objetos naturais e sociais contidos no espaço, ou ainda, as redes, as vias, a troca de informações e de mercadorias. As redes, por sua vez, podem servir como importante elo em um amplo projeto de integração territorial. Elas possibilitam a quebra de barreiras, a circulação de mercadorias, de matérias-primas e de capitais, aproximando lugares distantes e promovendo a integração territorial (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 1995). Elas não existem de modo puro, único ou



exclusivo, há uma gama de possibilidades pelas quais as redes podem, de fato, ser efetivadas.

A forma original desse terceiro espaço foi denominada de *espaço absoluto*. Ele é representado essencialmente pelos elementos da natureza, tais como rios, montanhas, vales etc. Deste modo, segue-se àquele que imprime forças de caráter simbólico, por exemplo, a religião, a economia e a política. Estes são alguns dos principais elementos representativos da ação antrópica, responsáveis pela transfiguração do espaço natural em espaço social, e pela ocupação de forças políticas que irão atuar de forma delimitadora sobre o espaço. Em um segundo momento, a arquitetura transformou o que era da natureza em caráter antrópico, conferindo-lhe caráter político por meio de mediação simbólica. A arquitetura associada ao simbólico acabou por delimitar territórios antes delimitados por rios, vales, etc.

O homem, ao ocupar um determinado espaço, acaba por configurá-lo, deixando marcas de sua ocupação de modo temporário ou perene, imprimindo traços que marcam a paisagem e modificam a natureza; deste modo, "o espaço absoluto, religioso e político em caráter era produto dos laços de consangüidade, solo e idioma, mas, além disso, evoluiu para um espaço revitalizado e histórico" (GIL FILHO, 1997 p. 112). Esta ação traz no seu interior traços representativos de um determinado grupo social e de suas relações sociais típicas de um espaço-tempo distinto, imbuído de valores, e de ação simbólica, que são responsáveis pela formação de territórios distintos. Muitas vezes, alguns elementos da natureza, a exemplo de rios e vales etc, são revestidos de caráter simbólico e, a partir daí, são estabelecidas convenções de delimitação territorial. Há, contudo, outras formas muito mais sutis, e provavelmente mais eficazes, de se estabelecer tais limites encontrados a partir da transformação de um *locus* antrópico expresso em edificações petrificadas no espaço, tais como igrejas, palácios etc.

O cotidiano se expressa em espaços de representação, colocando de lado as preocupações relativas à idéia de processo histórico e suas descrições geográficas do espaço natural, ou ainda, a compreensão das transformações sociais, geralmente preocupadas com os eventos e suas instituições. Estas, geralmente, são abordadas por meio de documentos que representam o olhar do narrador, filtrando o objeto de acordo com suas perspectivas epistemológicas ou, ainda, com suas percepções sensoriais, muitas vezes atreladas a um determinado juízo de valor. Ao analisar a cultura material, o



arqueólogo encontra a informação em sua fonte primária, não filtrada por outros olhares. Na paisagem edificada, que representa seu estado quase que *in natura*, pois este pode ter passado por alguma mudança ou retoque, dificilmente ocorrerá mudança radical, por se encontrar encaixada entre outras construções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade é resultado de conflitos cotidianos que caracterizaram não só as gerações passadas como também os grupos que se transformam e transformam o ambiente em formas concretamente visíveis. Ela é, portanto, possuidora de significado real. Na cidade, é possível perceber não apenas a natureza dos seus processos evolutivos, dos seus equilíbrios e tensões (FORTUNA, 1997) exteriorizados, por exemplo, na paisagem edificada, como também a heterogeneidade entre modos de vida, resultando assim em diferentes usos dos espaços, por meio dos quais ela se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória.

Enfim, a cidade se apresenta tal como um *locus* privilegiado, onde os atores sociais estão a desempenhar sociabilidades distintas em um espaço fragmentado e disputado, abrindo assim um leque de possibilidades para o seu entendimento, na qual ela deixa de ser reconhecida como "coisa" e passa a ser interpretada em diferentes perspectivas, que podem percebê-la enquanto pares de oposição, pelos seus conflitos internos ou, ainda, enquanto elemento dialético. Nesse sentido, o processo urbano deixa de ser abordado enquanto trabalhos descritivos para ser abordado e compreendido em sua natureza político-social, que está intrínseca a ele. Esta mudança de perspectiva parece revelar um avanço nas formulações epistemológicas desenvolvidas para o estudo das cidades, permitindo, dessa maneira, reconhecer na cidade o aspecto real e representacional, o texto e o contexto, o ético e o estético, onde o tempo e o espaço vividos podem ser (re)construídos (SOUZA, 2004).

O cotidiano de seus habitantes e cidadãos encontra-se intimamente associado às tramas das relações socioespaciais, exteriorizados nos diferentes modos de vida e sua relação direta espaço-tempo, portanto, naquilo que se refere ao plano de vida imediato das pessoas, tais como ruas, caminhos etc.



Essa parece ser a essência para a passagem do espaço "geométrico"⁵ entendido enquanto espaço planejado e traçado por arquitetos e urbanistas, ao espaço em sentido "antropológico" onde as pessoas desenvolvem relações sociais e se entrelaçam, identificam símbolos e seus significados, nas diferentes ruas e caminhos, formando, assim, um tecido urbano. O cotidiano, portanto, encontra-se associado ao consumo diferenciado, e reconhece nesses princípios e práticas uma condição fundamental para a legitimação de pertencimento de uma comunidade inclusiva, que abriga princípios de inclusão e de exclusão, respeitando o direito à diferença e à legitimação de modos antagônicos (ARANTES, 1999). Este sentimento de pertencimento pode atuar em nível micro na formação de famílias e clãs, passando pela formação de tribos e, finalmente, à consolidação do Estado ou da própria nação.

Diante das divergências vivenciadas pelos atores sociais, uma condição é necessária para que se configure a idéia de pacto social do tipo contratual. O nomoespaço surge enquanto um espaço normativo, regulador e através do qual são formalizadas as práticas sociais. Ele é assim construído, de maneira a experimentar relações formais de pertencimentos, no entanto, a ênfase maior está voltada para o ordenamento. Essa idéia constitui a essência transformadora, onde é abandonada a distinção entre o sagrado e o profano e encarada no presente enquanto o público e o privado. Nessa dicotomia entre o público e o privado, segundo Carlos (2001 b), há ainda uma terceira categoria, denominada de espaços semipúblicos⁶ geralmente comerciais, tal como os *shoppings centers*, vigiados, não acessíveis a todos e aberto às pessoas durante um determinado período do dia e/ou da noite.

⁵ Cf. Certeau (1994, p. 172).

⁶ Esta terceira categoria é aqui mencionada por existir na literatura, não parecendo haver nenhum espaço que se aproxime dessa idéia no centro histórico de São Cristóvão.



REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Jeffrey. Aspectos não-civis da sociedade: Espaço, tempo e função. In: *6º encontro de geógrafos de América Latina: Territórios em redefinição: lugar y mundo en América Latina*. Buenos Aires/Argentina: 1997 (Cd-rom).
- ARANTES, Antonio Augusto. "Desigualdade y diferencia: cultura y ciudadanía en tiempos de globalización." In: BAYARDO, Rubens; LACARRIEU, Mónica. *La dinámica global/local, cultura y comunicación: nuevos desafíos*. Argentina: Ciccus; La Crujía, 1999. p. 145-170.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.
- _____. "A conquista do espaço" In: _____. *O sentido dos outros: Atualidade da antropologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. Cap. 6, p. 129-149.
- AZEVEDO, Paulo Ormindio David de (Coord.). *Plano urbanístico de São Cristóvão: análise do meio físico e social*. Salvador: UFBA, 1980 a. v. 1
- _____. *Plano urbanístico de São Cristóvão: estudo da evolução urbana*. Salvador: UFBA, 1980 b. v.2
- _____. *Plano urbanístico de São Cristóvão: análise da estrutura urbana*. Salvador: UFBA, 1980 c. v. 3
- BHABHA, Hommi K. "O compromisso com a teoria." In: ARANTES, Antonio (Org). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 10-29.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001 a. (Coleção: Repensando a Geografia).
- _____. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001 b.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Pensamento Crítico, v. 48).
- _____. O espaço dos fluxos. In: _____. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1
- CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato de. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: Morar, cozinhar*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 2.



- DAMATTA, Roberto. *A Casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- DANTAS, Beatriz Góis. "Os índios em Sergipe" In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Coord.). *Textos para história de Sergipe*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe; BANESE, 1991 p. 19-60.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FERREIRA, J. P. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: 1959. v. XIX.
- FORTUNA, Carlos. "As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias" In: *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (anpocs), Revista Brasileira de Ciências Sociais (rbcs)*, n. 33, ano 12 fev. 1997, publicação quadrimestral. Disponível em Cd-rom: [anpocs\rbcs33\rbcs33_08.htm](#).
- _____. *Identidades, percursos, paisagens culturais*. Oeiras: Ceita, 1999.
- FRANÇA, Vera Lúcia Alves. *Estado e metropolização*. São Cristóvão/SE: Editora UFS; Aracaju/SE: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999.
- FREIRE, Ana Lucy Oliveira. "As práticas socioespaciais urbanas: contribuições para refletir sobre a cidade" In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: [s.n.], 2001 p. 35-44.
- FREYRE, Gilberto. *Rurbanização: Que é?* Recife: Massangana, 1982.
- _____. *Sobrados e mucambos*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GIL FILHO, Sylvio Fausto. "Espaço de representação e territorialidade do sagrado: notas para uma teoria para o fato religioso" *RA E GA: O espaço em análise*. Curitiba, PR: Departamento de Geografia / UFPR, v. 1 n. 1 1997. *Revista da UFPR*; n. 79. p. 91-120.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 16. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1983.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- NASCIMENTO, José Anderson. *Sergipe e seus monumentos*. Aracaju: J Andrade, 1991.



NUNES, Maria Thetis. *Sergipe provincial I: 1820-1840*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

_____. *Sergipe colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

OLIVA, Terezinha Alves de. "Estruturas de poder". In: DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (Coord.). *Textos para história de Sergipe*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/BANESE, 1991. p. 127-166.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Ática: São Paulo, 1993. Temas: Geografia e política, v. 29.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial, "SERGIPE 47" – São Cristóvão – ca. 1631*. Disponível em Cd-rom.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Aldeci Figueiredo; ANDRADE, José Augusto. *Delimitação e regionalização no Brasil semi-árido*. Aracaju: UFS, 1992.

SANTOS, Milton. "Técnica, espaço, tempo" In: _____. *Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 61-88.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002 a. (Coleção Milton Santos; 1).

_____. "Geografia, sociedade, espaço" In: _____. *Por uma nova geografia: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: EDUSP, 2002 b. (Coleção Milton Santos; 2). p. 125-92.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. "Urbanização e fragmentação: apontamentos para o estudo do bairro e da memória urbana" In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.) *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: [s.n.], 2001. p. 35-44.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, Fábio Silva. "Arqueologia do cotidiano: hábitos públicos e privados em São Cristóvão – 1850/1920" In: *Anais do 2º workshop arqueológico de Xingó*. Canindé do São Francisco-SE: MAX-UFS, 2002. p. 107-11

_____. "São Cristóvão em debate: espaços edificados, sociabilidade e patrimônio" In: *XI encontro de ciências sociais do Norte e Nordeste CISO*. São Cristóvão: NPPCS-UFS, 2003. disponível em Cd-rom.



_____. *Arqueologia do cotidiano: um flâneur em São Cristóvão*. São Cristóvão: NPGeo-UPS, 2004. Dissertação de mestrado não publicada.

Documentos e imagens via internet:

MAPA do Brasil territorial: 1500 – 1822. Disponível em: < <http://www.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/arquivo/mapa014.htm> > acessado em: 02 de junho de 2002.

